

NAS GRADES DA ESCRAVIDÃO: ESCRAVOS, SENHORES E LIBERTOS NA IMPERIAL CIDADE DE LARANJEIRAS-SE (1850-1888)

José Mario dos Santos Resende

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe
Professor Assistente II da Universidade Federal de Sergipe
E-mail: mariusresende@uol.com.br

Sheyla Farias Silva

Mestre em História pela Universidade Federal da Bahia
Professora Assistente II da Universidade Federal de Alagoas
E-mail: sheylafarias@yahoo.com.br

Resumo

A escravidão africana fez-se presente em todos os segmentos da sociedade brasileira colonial e imperial. Caracterizar a população de Laranjeiras entre 1850 a 1888, em especial a presença de escravizados nos variados setores econômicos é o objetivo central deste artigo. Para isso, traçamos um perfil socioeconômico da população do município dando ênfase aos setores intermediários entre a casa-grande e a senzala, com base nas fontes primárias dos inventários *post-mortem* (1850-1888), de eleitores do município (1876), lista de classificação de escravos para fundo de emancipação (1875), entre outros documentos.

Palavras-chave: Escravidão. Economia. Laranjeiras.

**IN THE GRADES OF SLAVERY: SLAVERS, LORDS AND
LIBERTIES IN THE IMPERIAL CITY OF LARANJEIRAS-SE
(1850-1888)**

José Mario dos Santos Resende

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe

Professor Assistente II da Universidade Federal de Sergipe

mariusresende@uol.com.br

Sheyla Farias Silva

Mestre em História pela Universidade Federal da Bahia

Professora Assistente II da Universidade Federal de Alagoas

sheylafarias@yahoo.com.br

Abstract

African slavery was present in all segments of Brazilian colonial and imperial society. Characterizing the population of Laranjeiras between 1850 and 1888, especially the presence of slaves in the various economic sectors is the central objective of this article. For this, we draw a socioeconomic profile of the population of the municipality emphasizing the intermediary sectors between the big house and the senzala, based on the primary sources of the postmortem inventories (1850-1888), voters of the municipality (1876), list of classification of slaves for emancipation fund (1875) among other documents.

Key-word: Slavery. Economy. Laranjeiras.

Como em todo o Império, a abolição transformou a vida de Laranjeiras. Criou sérios embaraços a organização agrária. Fazer funcionar o engenho de açúcar com o braço escravo era uma coisa, mas pagar para a mão-de-obra para o fabrico do açúcar era muito diferente (AZEVEDO, 1972, p. 57).

No Brasil de 1850 a 1888, vicejava o regime monárquico, cujo alicerce constitucional baseado no voto, na dita soberania popular, reproduzia na prática as características da sociedade da época. Como sociedade escravocrata, o sistema representativo espelhava a hierarquia social excluindo os cativos, as mulheres, os menores de 21 anos e os homens muito pobres, economicamente inativos, da categoria dos que poderiam ser eleitores. Os votantes eram selecionados pela condição de livres, sexo (homens), por idade, por credo, visto ser o catolicismo a religião oficial do estado e por renda anual presumida ou comprovada equivalente a 200 mil réis. O direito ao mando espelhava o mundo social do tempo vivido, sendo mantido a quem tivesse “maioridade” moral e econômica.

Assim, os Anais do Império do Brasil de 07 de novembro de 1878, regia que a representação era exclusiva a “só aqueles em que por sua riqueza, cultura de espírito e posição social, [visto que, por essas condições] se deve presumir que resistiriam, facilmente à pressão da autoridade, às exigências dos chefes, à fraude e, enfim, à corrupção de qualquer gênero” (ALONSO, 2001, p. 62).

Em 1872, aproximadamente um milhão de pessoas – um décimo da população do Império – podia participar do processo eleitoral. Destes, segundo relatório do Ministro do Império, cerca de mil indivíduos preenchiam as condições de pleitear um cargo político. Os politicamente impedidos eram representados, simbolicamente, pelos votantes, por sua vez representados por aqueles que elegiam os deputados (Ibidem, p. 63).

O sistema funcionava da seguinte forma: cada 51 votantes correspondia a um eleitor. Um conjunto de 33 eleitores elegeria um deputado provincial; 163 um deputado geral e 344 um senador do Império. As eleições eram realizadas em dois turnos e não se fazia acepções ao votante, no que concerne às questões institucionalmente reconhecidas, nem aos brasileiros negros que tinham uma renda igual ou superior ao previsto por lei.

Embora os objetivos eleitorais da época tivessem por fim regularizar e classificar os cidadãos aptos ao processo eleitoral, a lista de eleitores aponta para uma relação grandiosa de homens pobres. Nos dados contidos na documentação percebe-se a importância destes senhores no quadro do mando senhorial da época, votando no partido liberal ou no conservador, inseridos no conjunto de valores do seu tempo e irmanados com os setores econômicos. A lista eleitoral documentou também, as idades, profissões, o nível de alfabetização, filiação, domicílio e renda.

A lista de eleitores de Laranjeiras feita em 1876 possibilita a aferição dos setores em que estavam inseridos estes contingentes no município; os inventários apontam para os bens e a riqueza dos homens livres, enquanto que a lista de classificação de cativos de 1875 possibilita-nos estimar as características econômicas naquilo que tinham em comum: a posse de escravos. Esperamos, assim, descrever e analisar as atividades produtivas de parte significativa dos habitantes do lugar, enfocando as diferenciações via setores primário, secundário e terciário. Prosseguindo, trabalharemos aspectos da resistência ao trabalho livre, realizado pela população pobre.

Em Laranjeiras foram classificados 1128 votantes; destes, 58,6% faziam parte do setor primário; 26,32% do setor secundário e 15,07% pertenciam ao terciário. O universo de votantes era formado por 724 homens casados, 319 solteiros e 80 viúvos. Dos 1128 eleitores classificados 56 % não sabiam ler.

Dentre os eleitores mais jovens, encontrava-se Otaviano Ignácio Prudente de 21 anos, solteiro, letrado, com renda presumida de 400 mil réis. Era marceneiro, trabalhava fazendo móveis. José Antônio Neve Hortas foi o votante mais velho registrado. Com 95 anos, era casado e sabia ler. Dono do engenho Junco tinha uma renda presumida de 800 mil réis anuais e era lavrador. Distribuídos em variadas localidades do município, essa população era a força motriz do sistema agroexportador sendo pedreiros, carpinteiros, ferreiros, alfaiates, carpinas, barqueiros, etc., e principalmente lavradores que viviam em variados núcleos do município.

A diversidade das povoações e o número de votantes presentes em cada um deles apontam para um número expressivo da população rural. Mesmo em locais onde morava apenas um eleitor, na prática, existia a família, os parentes, os que não

conseguiram entrar nos critérios estabelecidos para participar do processo eleitoral, além dos menores e das mulheres. A sede municipal onde moravam 98 lavradores e os povoados Jurema, Furta Caximbo e Monte Alegre, concentravam o maior número dos que lidavam com o campo e participaram das eleições naquele ano.

Característica da propriedade escrava presente nas mãos dos homens livres e remediados

Como vimos até aqui, o que caracteriza os estudos sobre a força de trabalho, a agricultura e a produção para o Brasil Colônia e Monárquico é a anuência de um modelo formado pela *plantation*, a força escrava e a produção para exportação.

Stuart Schwartz (1983), estudando a área do recôncavo baiano, percebeu, em um estudado fundamentalmente baseado em fontes primárias, que os proprietários de cativos do recôncavo tinham, em média, menos que 5 escravos, sendo as maiores unidades produtivas compostas por menos de 20 cativos. 1/3 da população cativa listada estava inserida em culturas de consumo interno como a mandioca e o feijão.

Para o Brasil os dados não são diferenciados, Francisco Vidal Luna (1983) informa que entre 1718 a 1804 a posse de cativos em Minas Gerais era extremamente difusa, sendo os plantéis formados por 1 a 4 cativos. Pouquíssimos escravocratas possuíam mais do que esse número. Iraci del Nero demonstra o mesmo para São Paulo, onde ¼ dos domicílios paulistanos tinham a mão cativa, sendo que 70% deles contavam com até 5 escravos.

Para São Paulo, Marcondes (1998, p. 42), ao analisar a posse de cativos - com base em 187 inventários da região de Lorena entre 1830/79 -, informa que “o desenvolvimento cafeeiro até a quarta década do século XIX parece ter ocorrido em moldes distintos dos propalados pela historiografia clássica, pois a média de cativos por escravista oscilou ao redor de dez, dando-se o mesmo para os cafeicultores”.

Os estudos sergipanos acerca destas nuances são relativamente novos e raros. Poderíamos considerá-los ainda incipientes. Aliás, uma das grandes lacunas da

historiografia sergipana que necessita ser preenchida é relativa à história da propriedade escrava e de suas derivações na Província de Sergipe. O volume de fontes disponíveis e ainda não exploradas no Arquivo Público do Estado, Arquivo Geral do Judiciário e principalmente, nas fontes cartorárias locais, ainda está por se fazer. À luz dessas constatações nos propusemos a analisar a estrutura de posse dos cativos para a cidade de Laranjeiras.¹

As informações armazenadas permitiram-nos perceber a estrutura de posse dos cativos para este município produtor de açúcar. Procuramos identificar a dimensão dos plantéis da escravaria existentes na área. Para tal intento, classificamos os plantéis catalogados em 4 categorias: Pequenos (1 a 4 escravos), médios (5 a 9 escravos), médios/grandes (10 a 19 cativos) e grandes (acima de 20 escravos).

Verificamos que ocorreu uma significativa utilização da mão-de-obra escrava na pequena propriedade em Laranjeiras. 33,4% dos proprietários catalogados tinham entre 1 a 4 escravos. A escravidão miúda, de porte pequeno, é um tema pouco tratado no Brasil do período colonial e do regencial. A preocupação em vislumbrar a grande lavoura, os vastos plantéis e os vínculos com o comércio internacional, através da relação da colônia e da metrópole, relegou a um possível “esquecimento” parte considerável da sociedade de outrora, que escravista, fazia uso do cativo não só na lavoura da cana, mas também em outros trabalhos, a exemplo dos trabalhos domésticos.

A média propriedade escrava (5 a 9 cativos) não se configurou como expressiva; soma apenas 13,7% da documentação analisada. As propriedades médias/grandes, com plantéis entre 10 a 19 cativos, perfaziam 15,5% da escravaria. Contraditoriamente, os 3,9% mais ricos proprietários estudados detinham um percentual de 37,4% do plantel de escravos levantados, ou seja, 17 escravistas possuíam um número maior de cativos que 388 proprietários que tinham apenas dois. Por um lado, a propriedade cativa era relativamente diversificada, tendo muita gente do povo como proprietária; por outro lado, percebe-se uma concentração maior de braços cativos em um pequeno número de donos de engenho. Mesmo assim, a ideia de grandiosos números de escravos apinhados em sórdidas senzalas não nos parece ter sido a realidade para a área estudada.

¹ Para Sergipe temos estudos que abrangem áreas da Mata Sul (ALMEIDA, 2000); Agreste e Sertão de Lagarto (SANTOS, 2001); Estância (SILVA, 2002); Maruim (SANTOS, 2002); Laranjeiras e Maruim (SANTOS, 2000).

Em síntese, os cálculos demonstram um número médio de 3,6 cativos por escravista, o que nos deixa próximos da análise empreendida para outras regiões do país, destoando, frontalmente, da perspectiva da propriedade escrava propalada pela literatura clássica. Não foi sem motivos que um viajante inglês, ao passear pelo “norte açucareiro” registrou que: “Um pequeno proprietário no Brasil é o homem que possui de dois a dez escravos. O grande proprietário, na parte do país que conheço, possui de vinte a sessenta escravos” (KOSTER, 1945, p. 535).

Mesmo não sendo um item enunciado com clarividência na documentação, as principais ocupações dos donos de escravos que foram declaradas nos inventários ou que conseguimos detectar com precisão foram as inseridas no setor da lavoura. Nestes, estão catalogados os proprietários, a designação utilizada para nominar os donos de engenho, mas também, os pequenos e médios agricultores. Os dados demonstram também a pulverização do cativo em outras categorias sociais. Eram donos de cativos, o Comendador, o Senador, o padre, o pequeno funcionário público, o professor, o pedreiro, o lojista, a costureira. Percebemos ainda que 60,4% dos sujeitos inventariados eram donos de apenas um cativo. Muitos deles desprovidos de qualquer outro tipo de riqueza substancial. Este fato evidencia que não só os produtores do açúcar detinham o ônus de defender a instituição escravocrata. Ao lado da elite, muitas viúvas pobres, profissionais liberais remediados, pequenos lavradores dentre outros menos abastados eram proprietários de cativos e, portanto, defensores do modelo econômico ideológico do período no qual viviam.

Nos sítios presentes nos inventários, 64,5% tinham entre 1 a 4 escravos; 11% dos sítios detinham 16,6% de cativos neste patamar, eram os sítios médios, muitos deles fornecedores de açúcar. Os sítios médios/grandes, possuidores de 10 a 19 cativos, detinham 37,8% da escravaria. Um único sítio, o de Maria Luiza da Conceição dona do Sítio Mirante, detinha 20 escravos ou 30,3% do total. Como unidade diferente dos demais presentes na área no que concerne ao acúmulo de riqueza, chama-nos atenção o montante total de bens que somavam mais de 27 contos de réis, sendo 12:300\$000 (doze contos e trezentos mil réis) de dívidas a receber dos herdeiros do Major Gaspar Acciole de Barros Pimentel, 45,4% da riqueza. A mão-de-obra cativa somava 46,5% dos bens monetários, tendo a terra um valor irrisório de um pouco mais de um conto de réis; era apenas 5,3% dos bens totais.

Quanto à distribuição da propriedade escrava, enuncia-se dois aspectos distintos: a pulverização da propriedade escrava pelos pequenos proprietários e, contraditoriamente, a concentração da maior parte do estoque de escravos entre os maiores proprietários. A compra de um escravo não se constituía em algo muito acessível para parcelas da população livre, por que os documentos trazem o registro de escravos pertencentes a pequenos sítiantes, comerciantes, lavradores, etc.? Acreditamos que os processos de herança ajudam a explicar tal problemática. A mentalidade escravocrata disseminada entre as classes menos abastadas corroborou com a resistência ao fim do trabalho servil, visto que, também nesta categoria social, a propriedade escrava existiu até os albores da abolição.

A lista de classificação de escravos nos permitiu também obter outras informações sobre os donos dos cativos de Laranjeiras. Assim, conforme tabela abaixo, 66,1% dos proprietários de cativos eram do sexo masculino; as mulheres tinham 33,9% da mão-de-obra cativa. 110 mulheres possuíam apenas um escravo, um universo de 77,37% das senhoras escravistas. Apenas uma mulher era grande proprietária: D. Maria Izabel de Bastos Sobral que tinha trinta escravos. Os plantéis médios/grandes eram de propriedade de Clara Maria de Lima Barreto, 18 escravos; Maria Francisca Teles de Faro, 13 escravos; Ana Maria de Lemos, 12 escravos e Dona Ana Maria das Virgens Ludovice, 12 escravos. Todas de idade adulta. Cândida Acciole de Brito, dona de 11 cativos, era menor de idade.

Pelos números expostos, os homens eram os maiores proprietários de cativos. 150 deles tinham apenas um escravo. Entre os homens adultos, o número médio era de 4,2 cativos, um ponto percentual acima dos escravistas menores de idade. Entre os menores, 14 meninos tinham um escravo, 3 tinham 2 escravos cada um e um último era dono de 4 cativos.

No mesmo espaço que possibilitava o senhor de engenho acumular capital e mandar seu filho estudar na Bahia, Recife ou Rio de Janeiro, o pequeno proprietário e uma multidão de homens livres conviviam, se relacionavam e tiravam da terra, através de suas plantações, seu sustento diário. Para efeito elucidativo, caracterizaremos a seguir os setores, em ordem crescente, da exploração da natureza (primário), transformação (secundário) e setor de serviços (terciário).

Atividades agrícolas e exploração de recursos naturais.

Conhecido por estar ligado diretamente às atividades de exploração direta dos recursos naturais como a pesca, caça, pecuária, agricultura e exploração florestal, o setor primário laranjeirense se caracterizou pela predominância agrária, enunciada nas profissões ligadas ao setor rural.

A produção teórica da Geografia Agrária no Brasil se reporta ao passado brasileiro como território do latifúndio e da monocultura. Neste aspecto, o lavrador de alimentos presente desde a ocupação do Brasil, pelos europeus se faz ausente. Sem o agricultor de subsistência, a lavoura do feijão, da mandioca, do milho e de outros alimentos miúdos, o cultivador camponês também se faz ausente. Wanderley (1996, p. 08) se reporta ao estudioso da Problemática Agrária da América Latina, o chileno Jacques Chonchol, para reclamar da falta de uma história social dos homens do campo anteriormente ao século XX. Na ausência desta, resta-nos a dificuldade de pensarmos a especificidade e a pluralidade dos espaços agrários da época.

Contraditoriamente, a mesma autora que reclama da falta de estudos que permitam vislumbrar novas visões explicativas dos fatos estudados, repete a visão clássica da produção das ciências humanas acerca do tema. Assim, afirma que “a grande propriedade, dominante em toda sua história [do Brasil], se impôs como modelo socialmente conhecido”. Desconfiamos desta afirmação. Apoiados nas pesquisas ultimamente emergidas no Brasil as quais utilizamos para a construção deste artigo, registramos que há mais de duas décadas Linhares e Silva (1981, p. 118), indicara que a economia de subsistência “é a face oculta da economia e da sociedade coloniais”. Ora, economia de subsistência, escravidão e pequena propriedade se irmanavam.

Segundo Andrade (1986, p. 66), em meados do período colonial, quando Pernambuco fazia parte dos domínios holandeses no Brasil, a produção de alimentos - e também de cana – eram quase que totalmente dirigidas pelos lavradores. Apoiando-se um relatório da época, o autor menciona que num levantamento realizado em 61 engenhos revelou que, nestes, da cana moída nas safras, apenas 13% pertencia ao proprietário das terras, sendo os 85% restante, cultivada pelos lavradores livres.

O lavrador desprovido de terras poderia alugá-las terras em engenhos ou fazendas, obrigando-se a moer a cana nestes domínios. Ainda segundo Andrade (1986), quando esta transação ocorria, o lavrador tendia a ficar com uma menor parte da produção agrícola, “sendo de um terço contra dois do senhor-de-engenho, se a terra era fértil e próxima à fábrica, ou de dois quintos se não ocorressem estas vantagens”.

Pelos contratos estabelecidos à época, o mel que formava na produção era propriedade do senhor de engenho, que o utilizava na alimentação dos trabalhadores fossem livres ou escravos, cavalos e bois. A alimentação dos homens livres e dos cativos que cultivavam os partidos da cana alugados, era de responsabilidade dos lavradores da cana; daí a necessidade em direcionar parte de sua força de trabalho para produzir feijão, mandioca e outros cultivos de subsistência.

As lavouras de subsistência também eram cultivadas por uma categoria que estava aquém dos cabedais financeiros dos lavradores que podiam alugar as terras, a “raia miúda”, como eram chamadas as populações livres e muito pobres formadas por negros forros, brancos e descendentes destes com os índios, que viviam nas fimbrias dos engenhos ou em terras devolutas, ao “deus dará”.

Vivendo em sítios e porções de terras, esta população vivia da caça e pesca, coleta de frutos e pequenas roças. Por vezes era chamada a participar dos conflitos de terras e poder entre os senhores. A sua presença nos vastos campos do lugar era a presença do poder dos homens de cabedais que lhes concedia o favor da morada, da terra para o cultivo, caça e pesca, da proteção contra os inimigos externos e dos conflitos internos.

Cabia a estes lavradores pobres, o pagamento anual de uma pequena renda, o foro. Precursor do cambão e do eito, o foro era pago geralmente em gêneros alimentícios. O que se percebe é a gestação de uma teia de relações que alça o engenho à condição de território do poder em uma rede formada por homens. As relações de favor e proteção incrementadas com o sistema de compadrio, ainda tão presentes nos dias atuais no campo brasileiro do Nordeste, dificultavam o questionamento à ordem vigente, não conseguindo, no entanto, fazer tábula rasa dos conflitos gestados pelo descompasso da exploração do trabalho alheio, da escravidão e da violência física e simbólica que esta exige, da exclusão à terra e do aparato de força que uma situação destas lança mão para

sua sustentação. Daí a formação de uma sociedade conflituosa, de territórios porosos que se rompem nas discórdias cotidianas.

Caso ilustrativo é do inventariado liberto Luís de Freitas, falecido em 1881. Morador da Rua Pereira, na zona urbana do município, disse em testamento que “não conheceu pai ou mãe era da Costa da África”. Como bens, tinha conseguido angariar uma casa de taipa, um cavalo e uma roça de canas no engenho Cachoeira. Sem família, instituiu como herdeiro universal, Caetano Ponciano dos Santos, outro liberto africano. Mais uma vez vem à tona uma das estratégias dos homens livres das “classes baixas” na labuta cotidiana da sobrevivência, plantando em terras que não lhes pertencia, provavelmente em regime de meia. Muito provavelmente os pobres nacionais brancos não passavam as mesmas dificuldades dos seus companheiros africanos ou crioulos libertos, visto que o estigma da cor e da condição anterior não se faziam presentes.²

O ex-cativo Luís de Freitas possuía a casa em que residia na rua da Poeira, atrás da rua do Cangaleixo, construída em taipa e telha, em chãos próprios, avaliada por 100 mil réis, um cavalo alazão velho, no valor de 20 mil réis, e uma roça de canas nos terrenos do Engenho Cachoeira, que pertencia a Narcizo da Silva Marques, avaliada em 20 mil réis. O inventário não especifica qual o tipo de acordo que existia entre Luís de Freitas e o proprietário do engenho. É certo que Luís de Freitas devia continuar trabalhando na ocupação que tinha enquanto escravo: cuidar dos canaviais. Por outro lado, é improvável que ele tivesse sido escravo do engenho Cachoeira, dada sua alcunha de “Mato-Grosso”, nome de um outro engenho. Talvez não pagasse pela terra - senão diria ter um sítio em terrenos foreiros -, mas tivesse a obrigação de vender a cana para o proprietário do engenho, ou ainda de moer no engenho daquele, com acordo de meação. Tais acordos de trabalho que supriam a falta de escravos nos engenhos, e que, como foi visto, costumavam ser mais satisfatórios para o trabalhador do que o sistema de “jornal”.

No seu testamento, Luís dizia dever a Lázaro Barbosa Madureira - africano - a quantia de 224 mil réis e a José Rodrigues de Faro outros 50 mil. Portanto, o que possuía era insuficiente para o pagamento das dívidas. Nesse caso, qual o motivo de instituir um herdeiro por testamento? O testamento foi muito sucinto. Declarava ele seus poucos

² AGJES/LAR, C1º OF. Inventário do ex-escravo Luiz de Freitas, 17/06/1881.

bens, suas dívidas e que “o meu herdeiro instituído fará o meu enterro pela forma que queira”. A preocupação com o enterro parece ter sido a sua principal razão. Ao final do inventário, a casa ficou para Caetano, como forma de ressarcir-lo dos gastos com o testamento e com o funeral e enterro, no valor de 100 mil e 900 réis. Caetano optou pela encomendação simples do corpo, na matriz. Dos poucos bens de Luís sobraram apenas 31 mil e 100 réis, que foram proporcionalmente divididos entre Lázaro Madureira, também africano livre, e, José de Faro. Estes não contestaram a divisão. Acredito que havia o costume de pagar-se primeiramente ao responsável pelo enterro e, só depois, e se possível, ressarcir os outros credores.

Em uma Memória datada de 1808, o Padre Dom Marcos de Souza, Vigário da Freguesia de Pé do Banco, atual Siriri, descreve a vida dos homens em Sergipe da época como extremamente satisfatória, visto que para eles, “goza[va]m dos mais fáceis cômodos da vida humana”. A afirmação do religioso condiz com a realidade da época? Acreditamos que tendo o território sergipano uma população relativamente pequena para a ordem dos recursos naturais existentes na área estudada; os rios e marés fornecendo peixes e crustáceos em conjunto com as matas que forneciam lenha para cozinhar os alimentos; a oferta gratuita de frutos naturais como bananas, ananases, biriba, ticum e verduras, se não fartavam pelos menos aplainavam a fome ao tempo em que não propiciavam conflitos por falta de alimentos. O que pode ter ocorrido foi a superabundância ou ausência completa de determinados mantimentos, causando excessos ou escassez de determinadas vitaminas necessárias ao bom desempenho do trabalho e do desenvolvimento do corpo humano. Se tivesse havido grandes fomes, os conflitos com decorrência direta estariam presentes; ao que sabemos, não foram registrados.

O religioso descreveu as terras da Cotinguiba como muito férteis, destacando-se os vales dos rios com seu húmus ou massapês, em que se plantavam as culturas hoje ditas de subsistência. Informando sobre a grande produtividade dos feijões e mandiocas, o autor se maravilhou com “um alqueire de semente [que] produz, algumas vezes, oitenta a mais alqueires de feijão” e, mil covas de mandioca “rendem vinte a trinta alqueires de farinha”. Daí, afirmou a fonte citada que na época, a alimentação permitia aos que trabalham no eito, especificamente os cativos, a viverem melhor em Sergipe do que nas

terras baianas, já que eram nutridos “com os saudáveis alimentos dos vegetais, com feijões e com milho que por toda parte colhem com abundância”.³

Pelo que aferimos, havia nesta época uma camada da população com condições de subsistência. Não se sustenta o mosaico dos latifúndios presentes na análise clássica; os latifúndios são pequenos em Sergipe. Acreditamos que ao lado das terras de massapê, as áreas vazias, não aproveitadas ecológica e economicamente, formadas pelos mangues e areais foram arrimo de muita gente. Eram “zonas de ninguém”, onde camponeses ocupavam a terra para agricultura de subsistência, a pesca e a coleta de frutos, alimentando-se e produzindo um excedente para o mercado. Vivendo em outras temporalidades, crescendo e se multiplicando, resistiram ao trabalho assalariado que começava “no nascer do sol, terminando só quando o papagaio ia dormir”.

Por vezes documentadas por donos de pequenos quinhões de terras, uma canoa velha, três tarefas de cana, os homens pobres não abriam mão da propriedade cativa. Como já tinha escrito ANTONIL (1711), aqui o sonho era “ser senhor”. O ser senhor exigia o ter cativos. Muitos pobres, inclusive ex-escravos não abriram mão da propriedade escrava.

Ao fazer o inventário da sua esposa, falecida em 1863, Manoel Vicente de Andrade contava com um capital de quase quatro contos de réis, quantia não desprezível para a época. Era dono de dois sítios e três casas na cidade. Pai de cinco filhos, um deles, Manoel Suterio de Andrade, era letrado o suficiente para escrever à justiça uma petição alegando ser por mandado do pai.⁴

O escrevente Manoel era um crioulo letrado. Nascido em Laranjeiras, tinha como genitores dois africanos que, vindo a ferros num destes tantos Tumbeiros que cruzaram o oceano atlântico, aportaram na Província de Sergipe. Aqui, sendo cativos, perceberam uma brecha no sistema que os permitiram acumular capital, comprarem suas liberdades e terra para a sobrevivência. De escravos, passaram a ser camponeses. Aculturando-se com uma relativa percepção a ponto de desenvolverem um aguçado senso de

³ Em 1808, Laranjeiras era uma pequena povoação pertencente à Freguesia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba. Moravam cerca de 3000 pessoas e já despontava na produção açucareira da Província Sergipana. SOUZA (1944, p. 18) informa que no início do século XIX, ancoravam no porto da povoação cerca de 20 barcos, sendo que estes faziam no mínimo quatro viagens com açúcar para Salvador por ano. A relação de comércio entre Salvador e Laranjeiras ou a zona da Cotinguiba ainda está para vir à tona. Faltam pesquisas nesta área.

⁴ AGJES/LAR, C1° OF. Inventário de Thereza Maria dos Prazeres, 04/07/1863.

possibilidades, colocaram o filho na escola e se diferenciaram de tantos homens pobres da época. Não deixaram, porém, de se identificarem com o sistema vigente, uma vez que dentre os seus bens, constava Catarina, uma africana de 36 anos.

Ter cativos era a lógica que fazia funcionar as objetivações dos homens da época, sendo o trabalho escravo o elo dos produtores de subsistência com o mercado monocultor do açúcar. Por isso, o escravo sempre foi um ser presente no cotidiano, na malha do espaço produtivo. Tinham escravos os lavradores de cana, a exemplo de Hipólito Cassiano da Costa Ribeiro, 10 filhos, morador do sítio Gravatá. Ao falecer em 1863, deixa 05 escravos e 12 tarefas de cana nos engenhos Paty de Cima e Mandioca Brava, propriedade de outros. Nota-se aí que os elementos pertencentes a Hipólito Cassiano, trabalhavam no Sítio onde moravam, o Gravatá, e se deslocavam constantemente a outros engenhos para cultivarem as canas e roças de seu amo. Pelas veredas e estradas, o deslocamento destes cativos permitia o contato com outros e com diferentes modos de vida. Muito provavelmente, a relação afetiva deles para com seu senhor e família, pela proximidade, era mais intensa, embora pelo estigma e pelo direito do uso e do abuso, o senhor sempre era senhor. Para transporte de sua produção de canas e viagens empreendidas, Hipólito contava com 10 bois de carro e 3 cavalos, o que demonstra uma tentativa de baratear os custos de sua produção de canas.⁵

Não temos notícias de grandes *plantation* produtoras de feijão, milho, arroz, farinha, etc, enfim, alimentos cotidianos e ofertados no mercado interno, para a época estudada. Acreditamos que alimentos eram produzidos por parte substancial da mão-de-obra dos engenhos, assim como pelos sítios e fazendas. O que é importante inferir é que não houve essa separação entre agricultura de subsistência e cultura da exportação, presente nos dias atuais e resultante direta do advento da implantação maciça dos fertilizantes químicos na lavoura. Os documentos pesquisados não autorizam a assertiva anterior.

Outro dado que emerge é que parte desse setor era formado por pessoas em estado muito precário de vida; estavam ausentes dos inventários e testamentos, embora fossem registrados pelos homens da época. SCHRAMM (1991, p. 23) notícia sobre a população pobre que levava seus gêneros alimentícios para a venda em Maruim, no dia da feira, pondo “à venda o produto de seu trabalho ou de suas terras”. Os vendedores chegavam à

⁵ AGJES/LAR, C1º OF. Inventário de Maria Joaquina da Costa, 12/09/1865.

cidade “já na noite anterior, ou com o raiar do dia, montados dois numa mula, outros a cavalo ou de carro de boi”, chegavam ao mercado com seus produtos da roça. Lá vendiam “arroz doce com canela, milho, gengibre, frutas, farinha, alguns instrumentos rústicos e, às vezes, bonitas redes” que SCHRAMM achou serem muitos caras. “Os negros livres vêm, em geral, eles mesmos”, registrou a alemã.

Os engenhos, fazendas e sítios supriam as necessidades básicas alimentares dos seus moradores, como então viviam a “raia miúda” que não tinha terra para plantar? Da exploração natural, a pesca e a caça, assim como das pequenas roças nas fimbrias dos engenhos e sítios. Uma fonte da época enuncia e descreve esta paisagem da agricultura e da população presente na área da cana:

A impressão que se recebe, pois, em viagem pela região açucareira da Província é a mais agradável; reconhece-se à primeira vista a uberdade do solo, pelas viçosas e unidas plantações, que revelam a assiduidade do trabalho. E as numerosas habitações que se encontram em caminho para os sucessivos povoados, por onde se passa, formando pequenos núcleos, mostram como a população se acha disseminada nessa superfície (BUENO, 1981, p. 8).

Os núcleos formadores dos povoados e as casas isoladas habitadas por brancos pobres, mulatos e negros alforriados eram numerosos e não viviam sem alimentação, por isso, a importância das atividades pesqueiras e das roças, algumas em terrenos foreiros, como já enunciado. Adolphine Schramm (1991), presenciou uma quantidade enorme de guaiamus nas ruas de Maruim, soltos, em tempo de andada, enquanto um bando de moleques corria a capturá-los. Informa ainda que este crustáceo era tão abundante que algumas casas na época estavam “inteiramente minadas por eles” e que os caranguejos eram parte da alimentação básica das pessoas, sendo um alimento muito barato. Mais uma vez é perceptível a exploração natural dos mangues e rios como mais um meio que possibilitava a alimentação e a reprodução da vida da população pobre. Avé-Lallement (1980), em viagem pelas Províncias do Nordeste em 1858, registrou estupefato o nível de vida da população pobre. Para este, a pobreza era consequência direta da preguiça e do desleixo das “classes baixas”. A caracterização do quadro descrito pelo viajante envolve desde hábitos culturais, como o cuspir, à enunciação das carências econômicas vividas pela “raia miúda”, que poderá ser estendida a todos os muito pobres da época:

Veja-se só como vive a gente das classes mais baixas! Onde moram! O que comem! No âmbito do rancho de barro de paredes esburacadas, cujo telhado deixa entrar a chuva, passa-se realmente tudo o que pode acontecer na vida humana. No chão despeja-se tudo o que líquido, e, sobretudo cospe-se sem cessar, enquanto no meio do compartimento arde o fogo, cujos gases e fumo são ininterruptamente aspirados, provocando a tosse, abstraindo o fato de que não pode realizar a descarbonização do sangue pela respiração. Além disso, não conhecem cadeira nem verdadeira cama, a menor comodidade (...). E as míseras roupas! E, finalmente, ainda a alimentação! É realmente uma alimentação de acaso, absolutamente sem plano estabelecido e prevendo os períodos de escassez, sem reservas de provisões. Não se compreende como se pode resistir por muito tempo a esta privação, filha da preguiça, da apatia e do desleixo. Não resistem de fato por muito tempo; perdem as forças e sucumbem facilmente a qualquer moléstia séria (AVÉ-LALLEMENT, 1980, p. 389).

Nos inventários de pessoas muito pobres, a existência da terra se configurava enquanto único e grande objeto de valor, tendo a presença de outros objetos e bens de consumo de caráter ínfimo. A inexistência dos mesmos se dava por serem caros e, por isso inacessíveis ao bolso dessa população, o que corrobora com Avé-Lallement (1980), na descrição das palhoças sujas e desprovidas do menor conforto.

Em 1885, Cyriaco Maciel,⁶ um africano liberto, faleceu legando à esposa e aos 5 herdeiros filhos, o sítio Quintalé, avaliado em 250 mil réis. Os móveis não foram considerados, ou pela sua inexistência ou pelo estado de depauperamento dos objetos. João Paulo Bispo, inventariado em fevereiro de 1887, deixou para a esposa uma casa coberta de sapé avaliada em 8 mil réis e uma tarefa de cana plantada, no “lugar denominado Tramandahy”, no valor de 30 mil réis.

Por último, outro exemplo de integrante da “raia miúda” que labutava no setor primário, foi Alberto Jacob de Menezes,⁷ morador da Rua da Palha em Laranjeiras. Ao falecer em 1882, seus bens foram avaliados em 200 mil réis. Destes, 100 mil réis refere-se à casinha em que morava na ponta da Rua da Cidade, conhecida por Rua da Palha. Os outros 100 mil réis restantes, referiam-se a 4 tarefas de canas, já prontas para moer, que foram plantadas em terrenos foreiros.

⁶ AGJES/LAR, C1º OF. Inventário de Cyriaco Maciel, 15/09/1885.

⁷ AGJES/LAR, C1º OF. Inventário de Alberto Joacb de Menezes, 06/10/1882.

Considerações finais

Nesse panorama pelo espaço rural do passado de Laranjeiras, é nítida a sua relação com o urbano, interdependentes nos campos econômico e sociocultural. A produção da agricultura local para autoconsumo, como as roças de mandioca, inhame, café, etc., culturas agrícolas presentes na documentação estudada, evidencia uma circulação de mercadoria, de pessoas, num comércio dentro da província que carece de estudos para melhor elucidação do dinamismo na área da cana-de-açúcar.

A circulação de mercadorias também se fez presentes com as praças fora da Província, fato já tratado por vários estudiosos sergipanos: nos inventários, as dívidas com comerciantes do Rio de Janeiro e Salvador, assim como transações com bancos baianos é uma constante. Parece-nos que era via Salvador que chegavam as mercadorias inglesas e francesas, além de outros produtos europeus como vinhos e azeites do Porto, que estiveram presentes nos armazéns da cidade.

Por fim, o que vimos foi que a posse de cativos definia o papel socioeconômico e simbólico da população de Laranjeiras, como também acontecia em outros municípios de Sergipe e do Brasil. Considerando que o escravo era o mais importante referencial de riqueza na maior parte do século XIX, conforme vimos na documentação pesquisada, inferimos que ter um, dois, muitos ou nenhum escravo, definia a importância das pessoas na hierarquia social do município.

Em Sergipe a distribuição da propriedade escrava e, portanto, da riqueza dos que tinham pequenas posses nos municípios existentes à época. O que se observa é o apego ao trabalho escravo mesmo entre os homens e mulheres de pequenas posses, independente do município ser produtor de cana-de-açúcar, a exemplo de Laranjeiras e Capela, mas também produtores de alimentos, como Itabaianinha, Lagarto e Estância. É mister avisar que os dados contidos na tabela poderiam ser mais contundentes se parte da documentação não fosse perdida no tempo. Foi pela perda de dados que municípios escravocratas, a exemplo de Maruim e Japaratuba, aparecem com dados quase que ínfimos.

Legitimar e reproduzir o sistema fazia parte de uma estratégia de sobrevivência dos homens livres. Com isso, os que tinham cabedais médios e modestos, diferenciavam-se

dos que nada tinham – já estes – pelo menos não estavam submetidos ao tronco. Mesmo não pertencendo à classe dos senhores afidalgados e respeitáveis, ao absorverem e acomodarem os valores dominantes, os pequenos sitiantes e lavradores, assim como grande parte da pobreza do lugar, contribuíram para o sustentáculo do conservadorismo que permeou a vida do município expressa na resistência ao fim do trabalho escravo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Márcio Roger Melo. **Aspectos relativos a propriedade de escravos na Província de Sergipe**. São Cristóvão, 2000. Monografia (Graduação em Economia). Universidade Federal de Sergipe.
- ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: ANPOCS/Paz e Terra, 2002.
- ANDRADE, Manoel Corrêa de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1964.
- ANTONIL, João Andrade. **Roteiro do Brasil: cultura e opulência do Brasil (1711)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe: 1859**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- AZEVEDO, Camerino Bragança de. **Doutor Bragança, esse varão laranjeirense**. Rio de Janeiro: PONGETTI, 1972.
- BUENO, Francisco Antônio Pimenta. **Relatório sobre preferência de traçados para a estrada de ferro na Província de Sergipe apresentado ao Ilm. e Exm. Sr. Conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1881.
- CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.
- KOSTER, Henry. **Viagem ao Nordeste do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Série Brasileira. Volume 221, 1942.

- LINHARES, Maria Yedda, SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. **Revista Estudos Econômicos**. V. 13, n.º 1, São Paulo, 1983.
- MARCONDES, Renato Leite. A pequena e a média propriedade na grande lavoura cafeeira do vale da Paraíba. LOCUS, **Revista de História**: Juiz de Fora, vol. 4. Nº 2, 1998.
- PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. **Escravos e senhores no crepúsculo do escravismo**: Laranjeiras, Província de Sergipe. Anais do XXV Encontro Nacional de Economia. Recife: ANPEC, 1997, v. 2, pp. 995-1014.
- RESENDE, Mário. **Entre Campos e Veredas da Cotinguiba**: o espaço agrário em Laranjeiras/SE (1850-1888). Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, 2003.
- SANTOS, Joceneide Cunha dos. **De senhores de engenho a lavradores de mandioca**: um estudo sobre a propriedade escrava no Agreste-Sertão de Lagarto (1850-1888). São Cristóvão, 2001. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Sergipe.
- SCHRAMM, Adolphine. **Cartas de Maruim**. Tradução de Edgar Freitas. Aracaju: UFS, 1991.
- SCHWARTZ, Stuart B. Padrões de Propriedade de Escravos nas Américas... **Estudos Econômicos**, São Paulo, 13(1): 259-287, 1983.
- SILVA, Sheyla Farias. **Riqueza em movimento**: a construção da fortuna na Estância escravocrata. São Cristóvão, 2002. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Sergipe.
- SOUZA, Dom Marcos Antônio de. **Memória sobre a Capitania de Sergipe, sua fundação, população, produtos e melhoramentos de que é capaz**. Aracaju, IBGE/DEE. 1944. [Primeira edição: Jornal do Comércio, Aracaju, 1877, manuscrito de 1808].
- WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: Editora da UPF, 1999.

Recebido em 09 de janeiro de 2018

Aprovado em 20 de março de 2018